

CORPORALIDADES, DESEJOS E POLÍTICAS DE SUBVERSÃO

CORPOREALITY, DESIRES AND POLITICAL SUBVERSION

Wiliam Siqueira Peres¹

Resumo:

Este ensaio busca problematizar a respeito dos modos pelos quais as corporalidades e os processos desejantes foram construídos dentro de sistemas binários e universalistas e submetidos a aprisionamentos restritos à heteronormatividade e ao falocentrismo, sendo na maioria das vezes, as únicas referências que se orientam as escolas, seus currículos e sistemas de avaliação. De modo crítico e ampliado problematiza as relações entre as escolas, seus e suas agentes e as expressões dissidentes de corporalidades, sexos, sexualidades, gêneros e outros marcadores sociais de estigmas. Apresenta leituras que evidenciam que mesmo ainda conservadoras as escolas já produzem programas que facilitam discussões sobre as diversidades e humanas e permitem criar pedagogias e políticas educacionais que possam ser laicas, democráticas e inclusivas.

Palavras-chave: corporalidades; desejos; educação; subjetivação.

Abstract:

This paper raises questions about the ways in which corporeality and processes desiring were built within binary systems, universalistic and subjected to imprisonment restricted to heteronormativity and phallocentrism, and most often, the only references that guide the schools, their curricula and assessment systems. Critically and expanded the questions between the schools, and their agents and their expressions of dissent corporeality, gender, sexuality, gender and other markers of social stigmas. Presents readings that show that even still conservative schools already produce programs that facilitate discussions on diversity and human and allow you to create pedagogies and educational policies that may be secular, democratic and inclusive.

Keywords: corporeality, desire, education, subjectivity.

DES-EDUCAR OS CORPOS, AMPLIAR DESEJOS, INVENTAR OUTROS POSSÍVEIS

EDUCAR OU DES-EDUCAR OS CORPOS, EIS A QUESTÃO?

O cenário em que vivemos nestes tempos neoliberais tem trazido aos nossos olhos imagens e figurações que exacerbam multidões de corporalidades materializadas por discursos que oscilam entre modos de normatização e de regulação biopolítica, e modos de singularização que positivam expressões sexuais e de gêneros

que reivindicam visibilidades, respeito e direito à vida.

Muitas problematizações possíveis têm sido construídas a respeito dos corpos, porém, temos nos apropriado das conceituações propostas por autores a princípio construcionistas que serviram de base para a emergência dos Estudos Queer, em especial Michel Foucault, assim como pesquisadoras e pesquisadores que trabalham com essa orientação, tomando os corpos como materializados por discursos reguladores e disciplinares, provindos das ações do biopoder e regulações biopolíticas.

Na perspectiva foucaultiana, presente em toda a sua obra, e, em especial na “História da sexualidade: a vontade de saber” (1988) o biopoder anuncia uma transição entre um poder até então centrado na figura do soberano, que tinha o direito de matar em defesa e segurança própria – para um poder que se orientará pela ideia de população. O biopoder age sobre o corpo, disciplinando e fixando-o em uma identidade

¹ UNESP/Assis - Professor do Departamento de Psicologia Clínica e do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UNESP/Assis; Doutor em Saúde Pública pelo IMS-UERJ e Pós-doutor em Psicologia e Estudos de Gênero pela Universidad de Buenos Aires. Rua Jorge Velho, 900/701 – Vila Larsen – Londrina/PR. CEP: 86.010-600. Tel celular: (43) 9901-9146 - Tel residencial Londrina/PR: (43) 3324 1864 Tel. depto UNESP: (18) 33025884. Email: pereswiliam@gmail.com

fechada, restrita a papéis sociais, sexuais e de gêneros totalizados, e que por sua vez é aprisionado pelas ações do poder que se nutre dos esquemas binários de pensamentos e de universalização de valores e regimes de verdades absolutas.

Em parceria com o biopoder surgem as biopolíticas em decorrência dos limites advindos do aumento populacional e das novas responsabilidades do Estado em administrar e gerir condições de vida a todas e todos. As biopolíticas surgem como dispositivos de regulação do coletivo, como manuais de administração das condutas e de uma máquina dietética dos prazeres (FOUCAULT, 1984).

Ao invés de posições de disciplinas impostas por um soberano, as ações do poder passam a se preocupar com a multidão, com as estatísticas de longevidade e de morbidade da população, com o número de nascimentos, com as estratégias de adestramento e contenção dos corpos, pois um governo orientado pelo capitalismo e a emergência do neoliberalismo precisa de corpos que garantam a produção de bens de consumos e de manufaturados, precisa de um exército de homens e mulheres que garantam a manutenção da produção capitalista, das instituições disciplinares e regulatórias que as sustentem, tendo como aliados as escolas e outras instituições educacionais. Essa aliança formada pelo biopoder e os dispositivos biopolíticos produzem tecnologias diversas que participam dos processos de subjetivação que produzem sujeitos normatizados, ou seja, corpos dóceis para que não contestem as ordens do poder, e úteis, para que produzam riquezas e defendam as determinações do estado neoliberal, presentes nas nossas relações afetivas, amorosas, e sexuais, nos modos como percebemos o mundo, como pensamos, sentimos, amamos, desejamos, e, que por sua vez são determinantes dos modos relacionais que estabelecemos com nossas famílias, nas escolas, nos centros de saúde, enfim, no cotidiano existencial.

Porém, ainda orientados por Michel Foucault (1988) aprendemos que toda ação de poder traz em seu bojo, como se fosse o outro lado da moeda, um contra poder, ou seja, uma força contrária ao próprio poder que se caracterizaria como resistências. Essas resistências se traduzem por ações de enfrentamento às lógicas normativas e estão presentes nos movimentos sociais emancipatórios

e suas conquistas; as conquistas advindas dos movimentos sociais como o direito ao matrimônio igualitário, adoção de crianças por casais homossexuais, as conquistas de travestis e transexuais em serem respeitadas e tratadas pelas suas identidades de gêneros.

Essas conquistas ampliam a noção de cidadania e isso por sua vez solicita atualização das escolas a respeito de seus conceitos, programas, currículos e sistemas de avaliação, pois passarão a receber novas sujeitas e sujeitos de direitos que solicitam acesso e permanência nos espaços escolares, o que implica manter suas posições laicas, democráticas e inclusivas, afinal o Estado anuncia que a escola neste país é para todas e todos.

Para autoras como Judith Butler (2002; 2003), ao analisar os efeitos dos discursos normativos que se materializam nas corporalidades, traduzidos por ela como performatividade, seria mais interessante nos preocuparmos com aquilo que escapa dessa performatividade, aquilo que resiste e sobrevive das ações normativas do poder, pois não se trata de situações e pessoas inexistentes, ou que se enquadram em patologizações estatísticas desviantes, estamos falando de expressões humanas e posições de sujeitos de direitos que por diferirem dos modelos racionalistas falocêntricos e heterocentros, continuam sendo humanos e com direitos à vida.

As subjetividades, assim como, os corpos, os sexos, as sexualidades e os gêneros são construções sócio-históricas, políticas e culturais o tempo todo negociadas através de seus pares em contextos situados que definem regras, intensidades e estéticas que podem se expressar, assim como, os lugares que os mesmos podem se situar, mas também, dão passagem para que devires outros possam ser visibilizados e compor expressões sexuais e de gêneros nômades, dissidentes e criativos de novas potências de vida.

A esses modos de resistências e emergências de novos sujeitos podemos demarcar como os efeitos de contra discursos participam da efetivação de dissidências, de modo a configurar outras linhas de subjetivação, aqui denominadas como subjetivação singularizadora, como processos inventivos que criam novas possibilidades de vida traduzidos por Michel Foucault como “estilísticas da existência”, ou ainda, como pontuado por Gilles Deleuze (1976),

modos de viver suavemente que permite aos sujeitos “fazer da vida uma obra de arte”.

Os corpos ou corporalidades surgem em nossos dias como a base de todas as expressões humanas e neste sentido, orientados pelas lógicas neoliberais têm se tornado moeda de troca diante de promessas de longevidade, saúde e manutenção de existências previamente marcadas por ideais de bem viver restritos ao consumo capitalista, de consumo de produtos e serviços que garantam a formatação de estéticas corporais higienistas, contidas e funcionais. Sobre os corpos se incidem linhas de subjetivação que tecem as corporalidades em uma perspectiva discursiva que a partir de registros binários e universalizantes produzem os corpos em escalas fabris generalizadas. Isto significa que há uma tendência a manter os corpos iguais e restritos a expressões comuns e repetitivas que negam as diferenças e o direito fundamental das pessoas em serem singulares, ou seja, aprisionam os corpos em modelos cartesianos previamente dados.

Essas ações regulatórias sobre os corpos nos fazem voltar à ideia de performatividade e podem ser problematizadas através das proposições apresentadas por Judith Butler (2003). A performatividade, diria a autora, se apresenta como uma reificação discursiva que através de sua interabilidade fixa valores, crenças e significados que são impostos como regimes de verdades absolutos e universais.

Os corpos e as corporalidades são os resultados dos acontecimentos vividos e como tal são atravessados por valores, sentidos e narratividades que se materializam e determinam o seu modo de relação e funcionamento, de acordo com as leis, contratos e instituições que regem os contextos pelos quais os mesmos são produzidos. Essas produções corporais provindas de estratégias discursivas regulatórias e disciplinares se constroem a partir de processos de materialização. Como assinala Judith Butler,

La materialidad designa cierto efecto del poder o, más exactamente, es el poder en sus efectos normativos o constitutivos. Em la medida en que el poder opere con éxito constituyendo el terreno de su objeto, un campo de inteligibilidad, como una antología que se da por descontada, sus efectos materiales se consideran datos materiales o hechos primários (BUTLER, 2002, p. 64).

Sempre dentro de contextualizações sócio-históricas, políticas e culturais a materialização determinará através do regime binário a efetivação das ordens do poder, assim como, justificativas de suas práticas amparadas por saberes e prazeres advindos por privilégios e superioridades de quem se mantem dentro dessas lógicas; como consequências dessas ações os corpos são sempre atravessados pelas referências culturais dominantes que regem os modos de ser e de se comportar no mundo.

Muitas entradas participam dessa materialização tendo como principais partícipes, o Estado, as igrejas, as famílias, o capital, o direito, a medicina, mas também as mídias, as escolas (programas e currículos) e a polícia, que em um primeiro momento são tomadas como instituições externas e em outros se instalam como regulações internas que são apreendidas pela ação das subjetivações normatizadoras que cristalizam até mesmo os processos desejantes, que insistentemente passam a "desejar" a norma, reproduzindo seus modelos e submetendo-se às suas ordens, sempre binárias e fascistas.

Diante desse campo de possíveis, há uma lógica estética oficial que é construída e difundida principalmente pela mídia que determina a estética da moda, a indumentária fashion e as pessoas certas para se relacionar. Qualquer tentativa de distanciamento dessas ordens é punida com estigmas e discriminações que conferem a essas pessoas o lugar de não humano, pessoas sem categoria classificável e em grande parte sem nenhuma importância social – são os invisíveis, os inomináveis.

Considerando que as feitura dos corpos se efetivam de acordo com os movimentos dos lineamentos/discursos – normatizadores e singularizadores – que determinam a sua subjetivação, nos apoiamos na ideia de que os corpos estão sempre em construção permanente, acompanhando o movimento da vida e os processos desejantes.

Para além de sua composição biológica e seus funcionamentos fisiológicos, os corpos abrigam dimensões sociais, antropológicas e históricas que dialogam com as novas tecnologias e as diversas linguagens que interagem na contemporaneidade, assim como, com as novas identidades/expressões sexuais e de gêneros que surgem demandando-se como sujeitos de direitos.

Através dos corpos as pessoas podem vivenciar experimentações de toda ordem, sejam

física, emocional, afetiva, sexual, mística, virtual, de modo a dar passagem para diferentes afetos que disparam sobre si e efetuam novos modos de existencialização. Essas flexibilidades e disponibilidades se conectam com novas estéticas e modos de desejar que nos remetam a uma dimensão que estamos chamando “corporalidades”, que de modo geral estaria ligada a processos de identificação que aproximam ou afastam as pessoas entre si, fomentando sentimentos díspares como o de pertença que promove a aproximação dos corpos, e/ou o de repulsa, medo ou nojo que promove o distanciamento dos mesmos.

Seguindo essa lógica tomamos as corporalidades como processualidades que também se encontram em construção permanente, que também são produzidas pelo agenciamento das linhas que tecem os modos corporais, definindo de um lado uma estética como a verdadeira, saudável e absoluta em contraposição a outras estéticas que não reproduzem as ordens do poder, logo, não reconhecidas como da ordem do humano, que compõem pré-sujeitos e caracterizam os corpos como abjetos (BUTLER, 2003).

Os corpos abjetos são os corpos “outsider”, fora da ordem dada pelas instâncias dos saberes, poderes e prazeres autorizados, que não se afinam aos modelos previamente dados, que são desobedientes e transgressores. Corpos que se alteram com as tatuagens e os piercings, com as academias de ginásticas e as múltiplas dietas, com as cirurgias plásticas, aplicações de *botox* e de metacrilato, corpos que se alteram para todos os lados e de todas as formas, atualizando suas potencialidades mutantes; corpos que inventam outras práticas de composições estéticas e de prazeres.

Sobre os corpos ainda se incidem outras dimensões de padrões de maneirismos e de posições de corpos (posições de identidades) que são estabelecidas pelas diferenças entre os sexos (homem/macho – mulher/fêmea) e pelas expressões dos gêneros (masculinidades – feminilidades), responsáveis pela cristalização de algumas identidades sexuais e expressão de gêneros que são produzidas pelos modos de subjetivação normatizadores; essas cristalizações impõem crenças sobre modelos de perfeição, saúde e verdade absoluta, que levam as pessoas se sentirem superiores diante das expressões diferentes da ordem heteronormativa e modelos

falocêntricos, ou ainda, de pessoas que avançam os limites autorizados para se expressar como homem/masculino e mulher/feminina, apropriando-se de ações que discriminam, estigmatizam, violentam, excluem e matam as diferenças.

De modo crítico, propomos nos afastarmos de uma visão naturalista, ou ainda, daquelas estabelecidas pelo essencialismo, em que o corpo é observado, explicado, classificado e disciplinado de acordo com a genitália, para nos aproximarmos de uma leitura que toma o corpo como uma produção sócio-histórica, cultural e política, em construção permanente e flexível que lhe confere marcas que variam de acordo com os tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, sexuais e de expressão de gêneros.

O que propomos é que os corpos não podem ser tomados como algo totalizado, mas como materialidades provisórias, mutantes e mutáveis, vulneráveis às mais diversas formas de intervenção, sejam elas, científicas, tecnológicas e/ou eclesiais, sejam elas transgressivas e/ou marginais, clarificando que o corpo não é universal e absoluto, mas plástico, flexível e relacional, portanto, produzido através de sua socialização, negociação política e comunidade.

Sobre o corpo se sobrepõem significados que são atribuídos pela cultura e pelas relações de saberes, poderes e prazeres que engendram práticas de engenharia estrutural que solidificam certa visibilidade denunciante dos modos e práticas de existir no mundo.

Seguindo então, as problematizações a respeito de como os corpos e as corporalidades são produzidas pelas vias discursivas, podemos dizer que os discursos podem ser entendidos como dispositivos disciplinares que agenciam as expressões humanas, e nesta perspectiva, como bem nos apresenta Michel Foucault (2006), os discursos tem funções regulatórias que por si mesmos são excludentes, negativos e promovem interdições de expressões que de certa forma caminham na contra corrente dos processos de singularização. Existem modos de discursos que Foucault denomina *discursos imperativos* e que agem sobre os corpos determinando suas posições sociais e políticas, na maioria das vezes efetivadas com expressões do tipo: *faça assim e não de modo contrário, somente circule por esses espaços, brigue por determinadas posições de sujeitos, desqualifique as diferenças*.

Neste cenário ainda encontramos modos de resistências a essas mesmas imposições discursivas, mesmo porque, orientados pelas proposições de análises sobre o poder apresentadas por Michel Foucault (1988), toda ação do poder tem em seu bojo um contra poder, ou seja, produz posições políticas de resistências e enfrentamentos que questionam as ordens dadas pelo poder e suas instituições disciplinares. Essas resistências denunciam fragilidades que a princípio o poder tenta ocultar, pois o poder não suporta questionamentos e treme diante dos enfrentamentos que se apresentam diante de si.

Há corporalidades dissidentes que quando se expressam colocam questões que solicitam ampliações das referências utilitaristas e de docilidades impostas pelo poder, agenciando novas possibilidades de ser, estar e circular pelo mundo; essas proposições se aproximam daquilo que Michel Foucault chamou *encontros com o poder*, clarificando que,

[...] o que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido, permanecer é o ENCONTRO COM O PODER: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto. O poder que espreitava essas vidas, que as perseguiu, que prestou atenção, ainda que por um instante, em suas queixas e em seu pequeno tumulto, e que as marcou com suas garras, foi ele que suscitou as poucas palavras que disso nos restam; seja por se ter querido dirigir a ele para denunciar, queixar-se, solicitar, suplicar, seja por ele ter querido intervir e tenha, em poucas palavras, julgado e decidido. Todas essas vidas destinadas a passar por baixo de qualquer discurso e a desaparecer sem nunca terem sido faladas só puderam deixar rastros – breves, incisivos, com frequência enigmáticos – a partir do momento de seu contato instantâneo com o poder (FOUCAULT, 2003, pp. 207-208).

Diante dessas possibilidades de encontros com o poder precisamos problematizar a respeito de como e quanto às ações regulatórias e disciplinares caminham na contramão da vida, de como os dispositivos engessam os corpos e criam crenças que disparam práticas de contenção e de manutenção a uma ordem social que se mostra caduca e incipiente diante das demandas sociais e

políticas da emergência de novas expressões humanas que pedem passagem, respeito e direito a vida.

Precisamos colocar em questão a respeito do que tem sido feito com os corpos em termos de educação/disciplina dentro das proposições escolares, de como nos colocamos como educadoras e educadores comprometidos com a democracia, com a defesa dos direitos humanos e o respeito à diversidade sexual e de gênero, ou, como ainda reificamos os processos de normatização, que esquadrinham, excluem e matam as diferenças.

Essas configurações solicitam urgências para que as expressões humanas demarcadas por categorias de diferenças de classes sociais, raças/cor da pele, orientações sexuais e de gêneros precisam ser resignificadas em uma perspectiva de posituação das diferenças, ou como apontam Deleuze e Parnet (1998), da diferença da diferença.

O distanciamento ou alargamento das referências binárias e de catalogação dos corpos em uma perspectiva essencialista/higienista implica de fato na produção de escolas, programas e currículos voltados para a inclusão e a laicidade, o que por sua vez demandaria a revisão de posições de nós mesmos – nossos valores e crenças universais e totalizadas, e, por conseguinte perguntar:

- seria a escola somente um dispositivo regulatório biopolítico a serviço do estado, do capitalismo e da heteronormatividade compulsória?

- seria a escola um espaço de aprisionamento e de fixação dos padrões restritos ao homem branco, classe média, heterossexual, ativo e procriador, cristão e higienista nos quais as mulheres e outras dissidências sexuais e de gêneros enquanto sujeitas e sujeitos de direitos são invisibilizados pela sombra dos homens?

- as pessoas que não comungam com o modelo asséptico moralista imposto como norma, restrito à heteronormatividade obrigatória devem mesmo ficar de fora do direito aos estudos e qualificação profissional?

Essas questões precisam urgentemente ser problematizadas pelas escolas e seus operadores e operadoras educacionais e agenciar um re-pensar sobre se o modelo existente de educação dos corpos não precisariam ser ampliados numa perspectiva de des-educação dos corpos/corporalidades/desejos e tornar as escolas

de fato acessíveis para todas as pessoas independente de suas classes sociais, raças/cores, orientações sexuais, expressões de gêneros, posições geracionais, estilos de vida.

DAS CORPORALIDADES E PROCESSOS DESEJANTES

Entre tantas linhas discursivas de subjetivação que participam da feitura dos sujeitos, vou demarcar apenas algumas que atuam sobre a produção dos corpos, das corporalidades: há um controle maior que podemos localizar no Estado e, que, mantém muitos aliados auxiliares das ações do poder exercido, através de instituições disciplinares e regulatórias, tais como: Igrejas, Medicinas, Escolas, Psicologia, Pedagogias, Sistemas jurídicos, Famílias, Mídias.

Estas instituições são constituídas e mantidas através de biopolíticas (regulação dos corpos e das populações) que se nutrem de referências universais reduzidas à heterossexualidade obrigatória, ao casamento monogâmico, ao sexo procriativo e higiênico, que por sua vez, reificam proposições de sexismos, racismos, machismos, misoginias, homofobias, lesbofobias e transfobias.

As ações institucionais se organizam através de sistemas de pensamentos sedentários, binários e universalizantes que geram ficções e crenças em torno da ideia de um corpo único, um sexo único, um gênero único, um aparelho mental único, impossibilitando a ampliação de referências em respeito às diversidades sociais, raciais, sexuais e de gêneros.

Todos esses processos podem ser visibilizados através de um sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais que organiza a sociedade e ordena a crença universal de que se uma pessoa nasceu com sexo macho, seu corpo será de homem, seu gênero será masculino, seu desejo será heterossexual, sua prática sexual ativa, e, caso uma pessoa nasceu com sexo fêmea, seu corpo será de mulher, seu gênero feminino, seu desejo heterossexual e sua prática passiva (BUTLER, 2003).

Qualquer alteração desse modelo imposto é mantida na invisibilidade, ou, caso tenha visibilidade é tratado como monstruosidade, como aberração, como inumano, como patologia, como desvio, como uma abjeção, o que significa não ser reconhecido como sujeito, logo, não pode ter acesso à cidadania.

Essas demarcações se mostram extremamente comprometidas com a manutenção de vidas regradas e restritas a padrões obsoletos que vêm de outra época sócio-histórica mostrando-se obsoletos, o que por sua vez mantém também as escolas obsoletas e desconectadas com a realidade concreta que é posta nos contextos sociais atuais.

As instituições disciplinares e de controle se orientam cegamente por essas premissas, com destaque para muitas das práticas de ensino e de aprendizagem, assim como, de manutenção dos currículos e sistemas de avaliação que regem o funcionamento das escolas, contribuindo de forma incisiva na produção dos processos desejantes.

Seguindo essa lógica podemos perceber que as escolas seguem as mesmas orientações de uma sociedade que é excludente e que não suporta as diferenças, o que contribui para a manutenção de estratégias e dispositivos que assassinam as dissidências de classes, raças/cores, sexos, sexualidades, gêneros e estilos de vida que não coadunam com suas crenças e rituais repetitivos.

Todas essas ações agem sobre o maquinário social que modula a subjetividade – entendida como o modo pelo qual pessoas/corporalidades são colocadas à disposição do campo social, político e cultural e atravessadas por linhas/forças de saberes, poderes e prazeres que autorizam práticas que atualizam violências e intensificam desigualdades sociais e iniquidades sexuais e de gêneros. Como ações que participam dos processos de subjetivação além dos efeitos produzidos sobre os corpos e as corporalidades, elas também, atuam sobre os processos desejantes, ou seja, atuam junto à autorização de como, onde e o que os sujeitos devem desejar, de como devem se comportar diante do mundo, das pessoas e consigo mesmo.

Diferentemente como o faz a Psicanálise que toma o desejo como falta, apostamos em uma leitura deleuziana que propõe o desejo como excesso. O desejo seria produzido no campo social e teria como finalidade intensificar posições diante da vida, sendo assim, instituições regulatórias e disciplinares, entre elas as escolas, participa das produções desejantes no sentido de estabelecer os desejos que devam ser desejados e, por conseguinte, manter certa ordem existencial restrita aos modelos, discursos e figurações que compõe os currículos e sistemas de avaliações autorizadas pelas ações do Estado neoliberal e seus dispositivos bio-políticos.

Há uma máxima apresentada por uma música de Caetano Veloso (1979) que diz, pois quando eu te vejo eu desejo seu desejo, mas, de que desejo estamos falando? Quando nos identificamos com as demandas desejantes, estas quase sempre se encontram restritas aos desejos de normas, característicos de pessoas que Suely Rolnik (1997) chama de toxicômano de identidades, e acrescentaria aqui, viciados em normas. Há uma tendência nos currículos e sistemas de avaliações escolares em produzir esse modo de desejar a norma, considerando um sistema de premiação e concessão de privilégios aos sujeitos contidos, que dão manutenção e reificam cristalizações dos modelos normativos previamente dados.

As escolas contribuem efetivamente com rituais de fixação e manutenção de modelos previamente dados pelo sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais atestando que as escolas como estão organizadas não suportam diferenças de corpos, sexos, sexualidades e gêneros, e isso, age diretamente sobre os modos pelas quais somos instruídos e incentivados a desejar.

Os desejos autorizados se mostram aprisionados pelas lógicas binárias que reificam privilégios para as pessoas que são burguesas, brancas, heterossexuais, produtivas, filhas e filhos de famílias nucleares, cristãs e restritas aos imperativos neoliberais. A cada expressão que se distancie dessas premissas são ofertadas a exclusão e a impossibilidade de acesso de igualdades de direitos aos estudos e diversas práticas escolares (aulas de educação física, participação em festas, lideranças acadêmicas), delineando escolas que não são para todas e todos os seres humanos, mas se limita a aceitação dos corpos que não se diferenciam dos padrões estabelecidos.

Precisamos problematizar a respeito de outras cadeias desejantes que se expressam na contemporaneidade e de como criar dispositivos inclusivos que contemplem negros e negras, gays, lésbicas, travestis, transexuais, intersexos, deficientes físicos e sensoriais, assim como, produzir currículos que problematizem a respeito dos enfrentamentos diante da emergência de machismos, racismos, misoginias, homofobias, lesbofobias e transfobias nos próprios espaços escolares. Essas inserções curriculares abririam espaços para o respeito e convívio pacíficos com as diferenças humanas e assim, preparar nossas

crianças e jovens para ampliar seus universos de referências e respeitar e defender os direitos sexuais e humanos.

Existem processos desejantes que ainda se encontram fora dos dispositivos curriculares escolares, o que por sua vez, ainda evidenciam práticas pedagógicas e de formação comprometidas com ações de exclusão e de negação do respeito às diferenças.

Todas essas ações são exercidas sobre os corpos, desejos e prazeres tendo como um dos mais importantes recursos o disciplinamento, e, por conseguinte, a educação coercitiva de todos os corpos e dos sentidos, seja das alunas e alunos, das professoras e professores, das diretoras e diretores, das orientadoras e orientadores pedagógicos, dos serventes e merendeiras, impondo os modelos normativos e excluindo qualquer expressão que se mostre na contramão dos padrões estabelecidos.

As disciplinas dos corpos e desejos servem para ordenar, conter, aprisionar, esquadrihar os corpos fixando-os aos modelos dados de sexo/gênero/desejo, enquanto o controle além de conter, adia, posterga, substitui, mantém os modelos dados reificando regimes de verdades universais, desvalorizando, negligenciando e negando a existência de expressões de amores, sexos e gêneros que estão dados no cenário transcontemporâneo. Negar essas dimensões seria como ocultar dados de realidade que podem comprometer a educação de crianças e jovens em processos de subjetivação, o que por sua vez evidencia falhas no processo educacional.

Surge a necessidade de problematizar os desejos de outro modo que não seja o da domesticação e submissão às regras desejantes naturalizadas, mas de facilitar a emergência e reconhecimento positivo das expressões desejantes singulares e de permissão para que nós mesmos ampliemos nossos modos de desejar para que nenhum desejo ou modo de desejar se torne policial e/ou juiz das expressões desejantes dos outros.

INVENTAR NOVOS POSSÍVEIS NOS ESPAÇOS ESCOLARES

Dentro desses rituais de educação e de contra educação dos corpos, desejos e prazeres, muitos operadores e operadoras de ensino nas escolas, contribuem para que expressões dissidentes de classe, raça/cor, sexualidades,

gêneros sejam mantidos no anonimato, adiando problematizações sobre a emergência de novos sujeitos dos desejos que pedem visibilidades, respeitos e direitos a vida, promovendo a manutenção de práticas escolares que reificam as homofobias, as lesbofobia, as transfobias em interfaces com sexismos, machismo, racismos e misoginias.

Porem é certo que não podemos mais fazer generalizações tendo em vista que temos notícias que embora em situações ainda isoladas, encontramos professoras e professores, assim como, algumas diretoras e diretores que tem ousado ampliar as problematizações em suas escolas, através de projetos e programas educacionais que promovem questionamentos dos binarismos moralistas sexuais e de gêneros, assim como, nas estratégias adotadas nas escolas para se manter em posições laicas e respeitadas para com as diferenças. Nem tudo está perdido!

Nesta configuração precisamos rever algumas máximas que se mostram caducas e precisam ser revistas: dizer de forma universal que a escola é homofóbica não faz mais sentido se considerarmos que dentro dos espaços escolares além do alunado temos professoras e professores, diretoras e diretores e outros agentes da educação que também são sujeitos LGBTTTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos) e também variam em classes, raças e estilos de vida, ou ainda que existem pessoas heterossexuais que são solidárias, ou seja, nos permite afirmar que uma grande parte da escola ainda é homofóbica, mas não em sua totalidade.

Da mesma forma, as generalizações com outras categorias de subjetivação estigmatizante, tais como machismos, racismos e misoginias, pois existem pessoas que escaparam dessas armadilhas de capturas fascistas e totalizantes de corpos, desejos e prazeres restritos ao padrão heteronormativo e procriativo.

As práticas educacionais participam dos processos de subjetivação e como tal, tanto contribuem para as capturas e normatizações dos desejos, como abrem precedentes para que outros processos desejantes possam ser visibilizados e respeitados como possibilidades de vida.

A manutenção de escolas laicas é mais que imprescindível para a promoção da vida como valor maior, ou seja, de composição com as diferenças das diferenças, com a diversidade humana e suas expressões de potências que privilegiam o humano, e não pedaços dele.

Temos assim, enquanto educadores, compromissos que tanto podem fazer da escola um espaço de manutenção da vida, como de destruição dela. Cada vez que nos orientarmos por currículos e formas de avaliação que reduzem as práticas a somente uma visão de mundo e das pessoas, nos comprometemos com a destruição da vida, pois estamos fomentando sofrimentos e crenças reducionistas que limitam as possibilidades de contribuir para que nossas alunas e alunos, assim como, nós mesmos, possamos ter uma visão ampliada sobre a diversidade humana e seus direitos, para que os pensamentos críticos e de respeito à cidadania sejam contemplados em nossas práticas pedagógicas.

Mas, como apontei anteriormente, como as escolas também são compostas por educadoras e educadores que expressam visões ampliadas sobre os corpos e seus prazeres, surgem compromissos éticos, estéticos e políticos que contribuem para que as escolas ocupem suas funções de educar para a vida de modo ampliado, sem se limitar as fantasias e delírios de uma vida tratada em seus pedaços, negando as suas potencialidades em interfaces com a diversidade humana. Seguindo essas problematizações

- Como fazer para que as escolas se mostrem comprometidas com os direitos de todos os seus aprendizes?

- Como assumir a dimensão política e emancipatória que é esperado das escolas?

Essas questões nos remetem a problematizações e enfrentamentos urgentes para que as escolas se conectem aos contextos da realidade atual em que se encontram envolvidas, de revisão de suas pedagogias, currículos e sistemas de avaliação, o que por sua vez solicita análises de implicação política de nós mesmos e de promoção de escolas que realmente seja para todas e todos.

Referências

BUTLER, Judith. **Cuerpos que Importan:** sobre los limites materiales y discursivos del sexo. Buenos Aires, Libreria Paidós, 2000.

_____. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DELEUZE, Gilles. **Nietzsche e a filosofia.** Rio de Janeiro: Rio, 1976.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

FOUCAULT, Michel. “Dietética”. In: **História da sexualidade**: uso dos prazeres. vol. 2. Rio de Janeiro, Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade**: A vontade de saber. vol. 1, 16ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. “A vida dos homens infames”. In: —. **Ditos & Escritos IV**: Estratégia, Poder – Saber. Rio de Janeiro. Forense Universitária, 2003, pp.203-222.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2006.

ROLNIK, Suely. “Toxicômanos de identidade. Subjetividade em tempo de globalização”, In: **Cultura e subjetividade. Saberes Nômades**. Daniel Lins (Org). Papirus: Campinas, pp.19-24, 1997.

VELOSO, Caetano. Menino do Rio. In: **Álbum Cinema Transcendental**. Gravadora Universal, 1979.